

Parecer Jurídico

- Acerca do Projeto de Lei n.º 88, de 10 de dezembro de 2020.

Origem: Poder Executivo

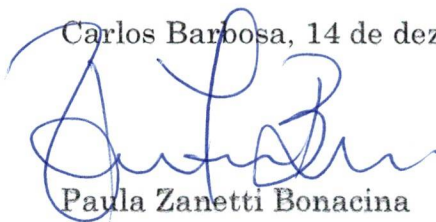
Ementa: Fixa o desconto para pagamento em cota única do IPTU 2021.

Pedido de Urgência: Sim

Referido projeto de lei visa estipular descontos para o pagamento do IPTU à vista.

A competência para determinar as diretrizes de pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU é municipal, por força do art.156 da Constituição Federal. Destarte, a proposição em análise se mostra constitucional.

Carlos Barbosa, 14 de dezembro de 2020.



Paula Zanetti Bonacina

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 70.034

